A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE MATA/RS: REESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO ARROZ E DO FUMO

Fernanda Dalosto MORAES¹

Meri Lourdes BEZZI²

Resumo

As transformações agrícolas são fundamentais na compreensão do espaço rural e para o entendimento das dinâmicas territoriais. Nesse contexto, estudou-se a unidade territorial de Mata/RS, em decorrência da importância das atividades agrícolas na sua organização socioespacial, pois estas se constituem no alicerce da sua matriz produtiva. Os objetivos da pesquisa buscam: (a) verificar a evolução e a situação atual do arroz e do fumo no município, tendo como escala temporal 1970-2007 e (b) analisar as cadeias produtivas do arroz e do fumo e sua importância como agente reorganizador do espaço produtivo local. Metodologicamente, inicialmente fez-se o resgate das matrizes teóricas. Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo, no qual se procurou analisar as culturas do arroz e do fumo na organização socioespacial local. Paralelamente, coletaram-se informações, via dados dos censos agropecuários do IBGE e da FEE. Dessa forma, aponta-se que apesar do setor produtivo de Mata esteja se reestruturando frente às dinâmicas impostas pelo capital, através das cadeias produtivas da pecuária de corte e de leite, da cultura da soja e do milho, são os cultivos do arroz e do fumo os que proporcionam maior desenvolvimento e retorno financeiro tornando o espaço rural essencial para promover o desenvolvimento local/regional de Mata.

Palavras-chave: Organização do espaço. Espaço rural. Cadeias produtivas. Mata.

Abstract

The rural space organization in Mata/RS: rice and tobacco productive chains restructuring

The agricultural changes are fundamental in order to understand the rural space as well as the territorial dynamics. In such context the territorial unity of Mata – RS was studied due to the importance of the agricultural activities and its social space organization, because they compose the base of its productive matrix. This research aims at: (a) verifying the evolution and the current situation of rice and tobacco in Mata from 1970 to 2007 and (b) analyzing the rice and tobacco productive chains and their importance as a reorganizer agent of the local productive space. Methodologically, first the theoretical matrixes were rescued. Afterwards, a field work was carried out, in which rice and tobacco crops were analyzed in the local social space organization. Simultaneously, information was collected, through IBGE and FEE agricultural and livestock census. In such way, it was found that although the productive sector in Mata is being restructuring due to the dynamics imposed by the capital, through the productive chains of livestock and dairy cattle, soy beans and corn, rice and tobacco are the crops which offer higher development and profit making the rural space essential to promote the regional/local development of Mata.

Key words: Organization of the space. Rural space. Productive chains. Mata.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - Santa Maria/RS, BR 158, 260, Bl G4/Apto. 202, Santa Maria/RS, CEP:97030-620 – E-mail: dalostomoraes@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - Santa Maria/RS, Rua Tuiuti, 1778/Apto. E, Santa Maria/RS, CEP:97015-662 – E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br

INTRODUÇÃO

As atividades agropecuárias têm passado por importantes transformações, fazendo com que a compreensão do espaço rural seja significativa. Pode-se dizer, então, que o campo se redesenha e se reorganiza à medida que novos atores econômicos se manifestam e transformam o mesmo. Entre esses atores, destaca-se, principalmente, o capital, o qual se reflete no meio rural através da modernização das atividades agropecuárias.

Desse modo, o trabalho, procurando demonstrar a dinâmica do espaço rural, tem como foco de estudo a unidade territorial de Mata, localizada na porção centro-oeste do Rio Grande do Sul. Essa apresenta sua matriz econômica alicerçada nas atividades agrícolas. Ressalta-se que a topografia do município é responsável por uma dicotomia espacial produtiva, ou seja, a presença da Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense e dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná proporcionam, além de uma paisagem distinta, uma produção agrícola diversificada.

Destaca-se que a problemática de estudo enfatiza a organização espacial de Mata, analisando os reflexos das cadeias produtivas do arroz e do fumo no seu espaço rural, as quais se constituem nos principais cultivos que movimentam a economia do município. A interdependência do urbano com o rural é cada vez mais significativa, pois a estabilidade nas atividades agrícolas, ou seja, uma safra satisfatória, é sinônimo de garantia de comércio em movimento e dinheiro circulando, proporcionando um maior desenvolvimento na economia local/regional.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivos específicos: (a) verificar a evolução e a situação atual dos cultivos de arroz e de fumo no município em estudo, tendo como escala temporal 1970 – 2007; (b) analisar as cadeias produtivas do arroz e do fumo e sua importância como agente reestruturador na organização do espaço rural e no desenvolvimento econômico local/regional e (c) avaliar o grau de modernização apresentado pelo arroz e o fumo na unidade territorial em estudo.

Metodologicamente, a pesquisa estruturou-se em etapas. Realizou-se, inicialmente, o aprofundamento da matriz teórica, resgatando-se os marcos conceituais que fundamentaram a pesquisa. Paralelamente, elaboraram-se levantamentos em fontes secundárias, através da coleta de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via Censos Agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006. Esses dados foram utilizados para se verificar a evolução e a situação dos cultivos do arroz e do fumo em Mata na escala temporal selecionada.

Destaca-se que, em virtude dos dados do censo agropecuário de 2006 não estarem publicados e disponibilizados na íntegra, foi necessário buscar alternativas para se coletar os mesmos até a atualidade. Assim, utilizou-se, para análise, dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), na qual se coletaram as informações no período de 1997 a 2007. Esses permitiram verificar as transformações recentes desses cultivos em Mata e, conseqüentemente, a sua reorganização produtiva.

Para a coleta das informações em fontes primárias, realizou-se o trabalho de campo. Nesse sentido, elaboraram-se, como instrumento de pesquisa, questionários os quais subsidiaram as entrevistas. Para a realização das mesmas, utilizaram-se três tipos de questionários, uma vez que eles agregavam distintos informantes. O primeiro grupo de entrevistados era composto por proprietários rurais pré-selecionados através de amostragem. A escolha foi realizada através de uma amostra intencional, a qual visou à distribuição dos mesmos em todas as localidades do município. O segundo grupo de informantes estava representado por órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER. E, a terceira forma de obtenção das informações, foi realizada através de entrevista, direcionada para o diretor da indústria local de beneficiamento de arroz.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Rio Grande do Sul, assim como Mata, caracteriza-se por ter sua base produtiva alicerçada nas atividades agrícolas e na pecuária as quais se constituem na gênese de seu processo evolutivo. Pode-se dizer que, até meados do século XIX, predominava, no estado gaúcho, a grande propriedade, sendo a pecuária, desenvolvida, primeiramente, através do ciclo da courama e, posteriormente, com a produção de charque e os frigoríficos. Essa atividade desenvolvia-se, principalmente, nas áreas de campo, as quais foram as primeiras a serem ocupadas pelos luso-brasileiros caracterizando-se, ainda hoje, pelas baixas densidades demográficas (MOREIRA; COSTA, 1982).

Procurando sanar a problemática de vazios demográficos, no Rio Grande do Sul, o governo passou a desenvolver políticas migratórias para a colonização no sul do Brasil, com imigrantes açorianos. Com a vinda desses imigrantes, a partir do século XVIII, estimulou-se o desenvolvimento da agricultura através da produção do trigo, no estado gaúcho. Esse grupo étnico constituiu-se na primeira tentativa de imigração em território gaúcho, através da política de inserção de casais açorianos nesse recorte espacial. Com essa finalidade foram doados, aos mesmos, lotes de terras, tendo em média 372 ha. Esses deveriam ser utilizados para desenvolver a agricultura (policultura) tendo como base a mão-de-obra familiar (THOMAS, 1976). Organizava-se, portanto, no Rio Grande do Sul, um novo segmento produtivo e efetivava-se a dicotomia econômica pecuária e agricultura (RODRIGUES, 2006).

Entretanto, a tricultura gaúcha sobreviveu enquanto teve possibilidades de competir no mercado do centro do país. Posteriormente, a mesma enfrentou dificuldades e foi condenada ao aniquilamento em virtude da concorrência com o trigo estrangeiro e da praga da "ferrugem". Dessa forma, a primeira oportunidade de se efetivar a pequena propriedade agrícola, no estado gaúcho, foi fragilizada e os açorianos tiveram que abandonar essa atividade passando a se dedicarem à pecuária (FEE, 1978).

Apesar dos esforços de ocupação, no início do século XIX, o Rio Grande do Sul encontrava-se, ainda, muito isolado, com imensas áreas despovoadas e, com sua estrutura econômica essencialmente rural e pastoril. A partir de 1822, inicia-se uma nova fase de imigrações para o Rio Grande do Sul, através da chegada dos imigrantes alemães, italianos e eslavos entre outras correntes migratórias. Os imigrantes ocuparam as áreas dos lotes doados, ao leste e ao norte do estado gaúcho, pois as áreas de latifúndio pastoril, na porção centro-sul, já haviam sido ocupadas (MOREIRA, 2003).

Destaca-se que a maior parte dos imigrantes alemães, os quais chegaram ao estado gaúcho a partir de 1824, receberam gratuitamente lotes de 25 ha, ou seja, pequenas porções de terras denominadas, até hoje, de colônia de terra. A partir dessa colonização é que se introduziu o minifúndio, pequena propriedade agrícola no Rio Grande do Sul responsável, principalmente, pela produção de alimentos baseada na mão-de-obra familiar (MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTTO, 2001).

Paralelamente ao processo de imigração alemã no território rio-grandense, Mata, também, teve a presença dessa etnia na estruturação de seu espaço produtivo. Estes ocuparam as áreas serranas do município, nas quais não havia sido desenvolvida a atividade pecuarista. Os alemães iniciaram o povoado da localidade de Sertão e introduziram, no mesmo, a agricultura destacando-se as culturas do fumo e o milho.

O êxito inicial obtido pela corrente alemã estimulou a vinda de novos imigrantes ao sul do Brasil. Esses tinham como finalidade povoar, desenvolver e aumentar a produção agrícola no estado e no país, originando, dessa forma, um mercado interno (BRUM NETO, 2007).

A partir de 1875, o processo migratório gaúcho é retroalimentado pela corrente de imigração italiana, a qual se apresentou de forma diferenciada da imigração alemã. Segundo Magnoli; Oliveira; Menegotto (2001, p. 41)

No que diz respeito aos italianos, que ingressaram a partir de 1875, chegaram à província em uma situação de desvantagem se comparada com à dos alemães, 50 anos antes. As melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes ainda menores (25 ha) na encosta da serra. O lote era vendido a crédito e prometido subsídio para alimentação que seria concedido por um ano e foi cancelado. A única ajuda com que o imigrante italiano contou foi àquela advinda do trabalho remunerado de 15 dias por mês na abertura de estradas.

Apesar dos incentivos financeiros destinados à tricultura pelo governo imperial, a colônia italiana dedicou-se ao cultivo do milho. A uva foi a principal fruta cultivada e, gradativamente, deixou de ser apenas plantada para o consumo e se transformou em um produto comercial, principalmente, na serra gaúcha, onde os imigrantes italianos instalaram-se em maior número nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTTO, 2001).

É importante ressaltar que a imigração italiana foi relevante para a construção do território que futuramente se constituiria no município de Mata. Os imigrantes italianos foram responsáveis pela expansão das atividades comerciais, uma vez que se estabeleceram na vila a qual atualmente é representada pela área urbana do município. Eles também se dirigiram para o espaço rural, optando pela porção do planalto, na qual desenvolveram e incrementaram a agricultura, até então praticada pelos imigrantes alemães.

Com esse propósito, resgata-se Moreira (2003) quando a autor sinaliza que o sistema de produção dos imigrantes de origem europeia era mais complexo que os sistemas de produção até então encontrados no Brasil, devido às culturas diversificadas e sua adaptação. Os colonos introduziram, no Rio Grande do Sul e em Mata, o sistema de policultura, pois os mesmos se dedicaram ao cultivo de vários produtos e a criação de animais. Esses eram destinados ao abastecimento da família e a produção de excedentes à comercialização. Dessa forma, foi possível, aos imigrantes, agregar valor à produção o que representou a base da economia de exploração nesses sistemas de produção essencialmente policulturais.

É possível dizer que as unidades territoriais colonizadas, por imigrantes europeus, apresentam características peculiares, das quais muitas permanecem até hoje, constituindo uma categoria de atividade agropecuária distinta, a agricultura familiar gaúcha. Segundo Wanderley (1996, p. 43) agricultura familiar é conceituada como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”.

Com base nessa reflexão, salienta-se que a agricultura familiar é importante para o meio rural, pois é um setor estratégico para a manutenção e recuperação de emprego. Ou seja, nela as relações sociais são intensas, uma vez que a família é responsável por todo o processo de organização, trabalho e meios de produção (com algumas exceções), além de contribuir com a produção de alimentos. É relevante destacar que a agricultura familiar apresenta relação com a atividade mercantil, pois o agricultor familiar está integrado ao mercado e utiliza os recursos técnicos e modernos de produção.

Salienta-se que a agricultura familiar desempenhou papel decisivo para a organização do espaço agrário gaúcho, proporcionando o desenvolvimento de diversas atividades agropecuárias. Nesse contexto, concordamos com Delevati (1999, p. 99) quando o autor enfatiza “Podemos ver que a agricultura familiar teve uma importância fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Alterando o modelo de produção da pecuária (um só produto) para a policultura”.

Nas últimas décadas o espaço rural do Rio Grande do Sul vem se modificando em decorrência, principalmente, da modernização da agricultura, provocada pela inserção do capital e das técnicas nas atividades agropecuárias. Nessa perspectiva, Brum (1988, p. 60) define modernização da agricultura como

[...] o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, em nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de técnicas e métodos de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheitas mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura. Nesse sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados.

Com base nessas reflexões, pode-se afirmar que a modernização agrícola desenvolveu-se a partir do emprego de técnicas modernas nas atividades agrícolas, as quais exigem o uso de capital. A expressão material dessa renovação tecnológica reflete-se pelo alto uso de máquinas e de produtos da indústria química, visando o aumento da produção e produtividade agrícola. A utilização dessas técnicas modernas no processo produtivo vai interferir nas formas de organização da produção (BRUM, 1988).

No processo modernizante da agricultura, destaca-se que a mecanização da lavoura no Rio Grande do Sul iniciou em 1920, com a cultura irrigada e mecanizada da lavoura de arroz. Com as inovações introduzidas e com a utilização de áreas propícias, o arroz expandiu a sua produção, sendo considerada como a primeira lavoura capitalizada do estado gaúcho, implicando em transformações significativas no sistema produtivo e espacial do estado (KUCHEMANN, 1980).

A lavoura de arroz além de caracterizar a introdução da utilização de capital no campo, também, provocou alterações nas relações de trabalho, pois foi a partir dela que se iniciou a substituição do trabalho humano pela máquina. Nessa linha de pensamento, Beskow (1986, p. 28) argumenta que

A produção em grande escala de arroz no RS, desde o seu início, na primeira década do século, caracterizou-se pelo predomínio do trabalho assalariado, pela separação do arrendatário-capitalista do proprietário de terras na organização do processo produtivo, pela formação da renda fundiária capitalista, pela utilização de meios de produção agrícola produzidos industrialmente e pela produção destinada basicamente aos mercados consumidores urbanos.

O desenvolvimento da lavoura de arroz também está associado à política pública do governo federal de substituição de importações desse produto, ao crescimento do mercado urbano consumidor e, posteriormente, ao crédito rural subsidiado. Em função do aumento dos impostos de importação, favoreceram-se as condições de lucratividade na produção desse produto para o abastecimento dos principais centros urbanos do país. Enfatiza-se que a lavoura capitalista de arroz no estado gaúcho não está concentrada nas regiões de colonização produtoras de alimentos. A mesma origina-se nos municípios da Depressão Periférica Sul-rio-grandense e do litoral ocidental próximo à Laguna dos Patos (BESKOW, 1986).

Outra cultura importante na dinâmica produtiva gaúcha foi o trigo. Essa cultura juntamente com a soja, marcou o processo de modernização da agricultura sulina. De acordo com a FEE (1978, p. 53) destaca-se que

Embora a mecanização da lavoura gaúcha tivesse iniciado com o arroz, a verdadeira revolução que esta experimentou deve-se, sem dúvida, ao trigo, já que foi a triticultura que permitiu que o ritmo de mecanização da lavoura se desse de forma mais acelerada.

É relevante apontar que a expansão das lavouras de soja foi o principal agente modernizador da agricultura rio-grandense a partir da década de 1970. Seu desenvolvimento deve-se, principalmente, as indústrias de óleos vegetais, ao crescente consumo mundial, aos estímulos governamentais e aos altos preços que esse cultivo obteve no mercado internacional. Produzida, geralmente, em médias e grandes propriedades, a soja destinava-se, em parte, à exportação. Seu cultivo provocou grandes alterações no espaço rural gaúcho, como a substituição de produtos alimentares pelo plantio da mesma. Essa monocultura também ocasionou o esgotamento do solo e poluição dos rios pelo uso excessivo de agrotóxicos (MOREIRA, 2003).

A modernização no campo, permitida pelas inovações tecnológicas, acarretou transformações significativas no meio rural e urbano. Entre as alterações ocorridas ressaltam-se: a redução da força de trabalho familiar em favor da assalariada, principalmente a temporária, nas lavouras empresariais; a queda dos salários e a exigência de mão-de-obra especializada para operar as máquinas; o êxodo rural de trabalhadores e pequenos produtores rurais para os centros urbanos associado a um processo de industrialização que faz crescer as periferias; a valorização da terra e o aumento da concentração da propriedade fundiária, uma vez que os pequenos proprietários não tinham como se manter no campo, devido aos custos da adesão à modernização e as dificuldades de comercialização de seus produtos, e vendiam suas terras (DAVID, 1996).

Destaca-se no desenvolvimento da modernização da agricultura o papel do crédito rural. Nessa perspectiva, é oportuno resgatar Ceron; Gerardi (1984, p. 28) quando os autores enfatizam

Também é certo que a modernização da agricultura jamais se fez de maneira auto-sustentada, dependendo sempre de subsídios para aquisição de tratores, defensivos, fertilizantes etc., do que se deduz que as áreas modernizadas sempre e cada vez mais necessitarão de recursos creditícios para continuar o processo de modernização.

O crédito rural é um dos fatores que impulsiona o processo de modernização agrícola, pois o mesmo introduz os proprietários rurais em um pacote tecnológico e também os deixam dependentes dos auxílios governamentais. A dependência do agricultor ao crédito rural tornou-se frequente no Brasil, o que, muitas vezes, pode levar ao seu endividamento, uma vez que as suas terras e o seu maquinário ficam alienados ao banco, ou são vendidos para quitar a dívida. Isto ocorre, principalmente, com o pequeno produtor, que depende exclusivamente, do lucro da safra para saldar suas dívidas.

Nesse sentido, é importante destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual consiste em um programa de crédito do governo federal de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Esse programa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, a fim de que esse passe a se caracterizar como geradora de postos de trabalho e de renda.

De acordo com Ferreira; Silveira; Garcia (2001, p. 497) ressalta-se que

[...] o PRONAF constitui um dos principais instrumentos de financiamento de produtores rurais no país. Sua novidade está em ter definido o agricultor familiar como público-alvo exclusivo, reconhecendo, enfim, que sua importância na produção de alimentos e matérias-primas não vinha recebendo o necessário suporte governamental.

Pode-se dizer, então, que o PRONAF é uma conquista dos trabalhadores rurais que almejavam uma política de crédito que favorece os pequenos agricultores de baixa renda. Nota-se que as taxas de juros praticadas no PRONAF são privilegiadas, ou seja, apresentam

juros inferiores ao crédito agrícola tradicional, com uma trajetória descendente desde sua criação (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE MATA

Mata, assim como o estado gaúcho, apresenta sua matriz econômica alicerçada nas atividades agrícolas. O município tem, na pecuária e, principalmente, na agricultura, os condicionantes para o desenvolvimento do espaço rural e, através dessas atividades, a sua inserção no mercado local/regional.

Enfatiza-se que a exploração agropecuária em Mata é reflexo de um espaço rural diversificado. Esse pode ser explicado pela sua estrutura fundiária, a qual está constituída por pequenos estabelecimentos rurais, com área que variam de 20 a 50 ha. Dessa forma, evidencia-se a concentração de pequenos estabelecimentos, caracterizando a presença da agricultura familiar no mesmo. Salienta-se que é nesses estratos de área que se encontra uma produção diversificada, ou seja, a policultura. No entanto, nos estabelecimentos rurais maiores, a tendência é para a monocultura, principalmente, de arroz e de soja ou, então, para o desenvolvimento da pecuária de corte (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

Evolução e análise das cadeias produtivas de arroz e de fumo e sua importância na organização espacial e econômica de Mata

O município de Mata, por se inserir em uma topografia diversificada, ou seja, presença de planalto e depressão apresenta um espaço rural organizado em função das potencialidades e das limitações inerentes a esses compartimentos geomorfológicos. Consequentemente tem-se uma matriz produtiva distinta, estruturada no espaço rural, através das lavouras temporárias e da pecuária.

Cadeia Produtiva do Arroz

A produção de arroz constitui-se em um dos cultivos mais expressivos da matriz econômica local. Essa cultura foi um dos primeiros produtos a ser cultivado e está presente antes mesmo da emancipação política de Mata, sendo plantada nas áreas localizadas na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, na qual parte da unidade territorial em estudo está assentada.

Pode-se observar que o arroz aumentou em área plantada, quantidade produzida e produtividade no decorrer da escala temporal de 1970 a 1995, com exceção do ano de 1975. Em 1995 a produção mais do que duplicou, pois se tem 8225 toneladas, enquanto que em 1970 tinha-se 3371 toneladas, correspondendo a 143,9% de crescimento no total produzido. Pode-se dizer, então, que o cultivo de arroz, caracterizado como lavoura empresarial, encontra-se em expansão no que se refere a sua produtividade, uma vez que esta se apresenta em constante expansão desde a década de 1970 (Tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada e quantidade produzida de arroz em Mata/RS de 1970-1995

Escala temporal	Arroz		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1970	1069	3371	3,1
1975	999	3498	3,5
1980	1026	3525	3,4
1985	1457	6053	4,1
1995	1489	8225	5,5

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org.: Moraes, F. D, 2009.

Tabela 2 – Área plantada e quantidade produzida do arroz em Mata/RS de 1997 – 2007

Escala temporal	Arroz		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1997	1505	7505	4,9
1998	1500	7125	4,7
1999	1500	8250	5,5
2000	1600	8800	5,5
2001	1600	8800	5,5
2002	1600	8800	5,5
2003	1600	7616	4,7
2004	1600	8960	5,6
2005	1600	9562	5,9
2006	1600	9600	6,0
2007	1600	9600	6,0

Fonte: Fundação de Economia e Estatística/FEE.
Org.: Moraes, F. D, 2009.

Através da análise da tabela 2, pode-se inferir que no período de 1997 a 2007, a quantidade produzida do arroz aumentou significativamente. Essa expansão foi em torno de 2475 toneladas, o que corresponde a 28% da produção apesar de não apresentar alterações expressivas na área de plantio. De acordo com a EMATER o cultivo de arroz dificilmente terá um crescimento horizontal, uma vez que, no município, as áreas disponíveis, para essa cultura, já estão sendo utilizadas. O que se observa é que está ocorrendo um crescimento

vertical, através do aumento da produtividade, a qual apresentou um desenvolvimento expressivo de 1997 a 2007, em função do uso de insumos e técnicas modernas de produção. Os produtores estão, também, investindo mais em mecanização e equipamentos agrícolas avançados.

Dessa forma, a expansão do cultivo de arroz em Mata deve-se às condições físico-naturais favoráveis, principalmente às extensas planícies fluviais do rio Toropi. Outros fatores que auxiliam no aumento da produção de arroz são os altos rendimentos dessa cultura e a garantia da sua comercialização no mercado local e regional.

Para se investigar sobre as tendências dessa cultura indagaram-se, nas entrevistas, os proprietários rurais sobre a exploração do estabelecimento agropecuário. Constatou-se que 75% dos mesmos são proprietários das terras e que 44% deles arrendam terras para aumentarem a área plantada e, conseqüentemente, a produção de arroz.

Quanto à mão-de-obra utilizada constatou-se que predomina a familiar. Observou-se que todos os produtores entrevistados participam do processo da produção de arroz, alguns com a ajuda dos filhos. No entanto, as lavouras de arroz caracterizam-se como lavouras empresariais, e por isso, em algumas delas, ocorre a presença de empregados assalariados permanentes e, em maior escala, os temporários. Esses são contratados, principalmente, nos períodos de preparação da terra, no plantio e na colheita. Destaca-se, também, que alguns empregados, embora sejam permanentes, não mantêm residência fixa nos estabelecimentos, uma vez que residem próximos aos mesmos, pois a mão-de-obra é proveniente tanto da zona urbana quanto do meio rural.

Salienta-se que, em 83% dos estabelecimentos produtores de arroz amostrados, esse é o único cultivo, além da atividade pecuarista. Poucos estabelecimentos destinam-se a outras atividades agrícolas paralelas, como os cultivos de milho e de soja. A criação de bovinos está presente na maioria dos estabelecimentos produtores de arroz, uma vez que os orizicultores também são os maiores pecuaristas do município e utilizam as restebas do arroz para complementarem a alimentação da pecuária.

A área destinada ao plantio do arroz, nos estabelecimentos agropecuários de Mata, apresenta-se variada. Ou seja, há lavouras que possuem área com até 220 ha e outras com apenas 15 ha. Essa variação do tamanho das áreas das lavouras demonstra que essa cultura é uma das principais do município. Dessa forma, o tamanho dos estabelecimentos que se destinam a esse cultivo também é diversificado, pois esses variam de 38 ha a 180 ha.

Quanto à comercialização do arroz, os produtores destinam a maior parte da safra para o abastecimento local, uma vez que o município possui uma indústria de beneficiamento do mesmo. No entanto, eles também enviam a produção para o mercado regional, principalmente para municípios próximos, como São Vicente do Sul e São Pedro do Sul.

O município, por possuir uma indústria de beneficiamento de arroz, apresenta uma significativa importância para os proprietários rurais e para a economia local. O arroz beneficiado em Mata possui três marcas comerciais, que são: D'Mata, Rei da Panela (tipo 1) e Peger (tipo 2).

Quanto à procedência da matéria-prima para o processamento na indústria, constatou-se que a porcentagem maior de arroz é do próprio município. No entanto, a mesma também é adquirida em São Vicente do Sul, Alegrete, Cacequi e São Pedro do Sul. A produção beneficiada de arroz é destinada ao abastecimento local e regional. Salienta-se que apenas uma pequena parte do arroz abastece o comércio de Mata, pois a grande porcentagem é comercializada diretamente com os mercados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Enfatiza-se que o serviço de beneficiamento de arroz é de extrema relevância para Mata. Esse proporciona, aos produtores rurais, menor frete para o escoamento da safra, facilidade na comercialização do produto e maior valor agregado a sua produção. Assim, a presença da indústria de beneficiamento serve de estímulo para eles, pois podem contar

com essa empresa na comercialização de 100% das suas safras, sem se deslocar do município. Para a economia local, a sua importância está no retorno dos impostos, pois a empresa está em primeiro lugar na arrecadação municipal de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Salienta-se, também a geração de empregos, uma vez que é significativo o número de pessoas empregadas nessa atividade, pois o comércio municipal não absorve a mão-de-obra local disponível.

No que diz respeito às perspectivas de investimentos em outras atividades ou cultivos nos estabelecimentos produtores de arroz, destaca-se que a maioria dos proprietários entrevistados não pretende diversificar a produção. Os mesmos colocam empecilhos, pois dizem que não há incentivos financeiros para novas atividades. Salientam que a monocultura do arroz pode ser um problema, uma vez que eles ficam dependentes de um único produto, e que qualquer perda na safra pode ocasionar problemas financeiros significativos.

Cadeia Produtiva do Fumo

O fumo, juntamente com o arroz, constitui-se no binômio que alicerça a matriz produtiva de Mata. Esse é produzido, principalmente, nas áreas de planalto, localizadas ao norte e nordeste do município, as quais foram colonizadas por imigrantes alemães e italianos. Esse cultivo está presente, em Mata, desde os primórdios da colonização, porém, após a década de 70, apresentou expansão em área e quantidade produzida (Tabela 3).

Tabela 3 – Área plantada e quantidade produzida do fumo em Mata/RS de 1970 - 1995

<i>Escala temporal</i>	Fumo		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1970	-	222	-
1975	106	117	1,1
1980	135	144	1,1
1985	60	89	1,4
1995	384	452	1,1

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Org. Moraes, F. D, 2009.
(-) Dado inexistente.

No que diz respeito à área plantada e quantidade produzida, o fumo apresentou aumento significativo de 1975 a 1995, embora apresentasse em 1985 um decréscimo. A produção elevou-se expressivamente, principalmente, após 1985, quando a mesma passou de 60 ha cultivados para 384 ha. No que se refere à quantidade produzida, a produção que era de 89 toneladas em 1985 cresceu para 452 toneladas. A produtividade de fumo não apresentou valor expressivo, pois se concentrou entre 1,1 e 1,4 toneladas/hectare. A elevação na produção justifica-se, principalmente, por esse produto ser expressivo na matriz produtiva de Mata e cultivado nas pequenas unidades produtivas, as quais são maioria no município, uma vez que essa cultura apresenta rendimentos satisfatórios em pequenas áreas (Tabela 3).

Tabela 4 – Área plantada e quantidade produzida de fumo em Mata/RS de 1997 - 2007

<i>Escala temporal</i>	Fumo		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1997	400	720	1,8
1998	450	648	1,4
1999	450	803	1,8
2000	450	803	1,8
2001	500	1025	2,0
2002	550	1128	2,0
2003	903	1535	1,7
2004	1200	2160	1,8
2005	1200	1692	1,4
2006	1200	2160	1,8
2007	1200	2160	1,8

Fonte: Fundação de Economia e Estatística/FEE.
Org. Moraes, F. D., 2009.

Constatou-se que o fumo obteve gradual crescimento em área, produção e produtividade no período de 1997 a 2007, embora se tenha um decréscimo dessas variáveis em 2005, em virtude de uma estiagem que afetou o município. A área cultivada apresentou um crescimento expressivo, pois esta triplicou, passando de 400 ha em 1997 para 1200 ha em 2007, correspondendo a uma expansão de 200%. Na quantidade produzida, o aumento também foi significativo, uma vez que a produção de 720 toneladas em 1997 atingiu 2160 toneladas em 2007, ou seja, cresceu 200% no total produzido (Tabela 4).

Dessa forma, destaca-se que o fumo é um produto que tende a crescer, principalmente, em produtividade. Essa apresentou elevado valor no período estudado, pois variou de 1,4 a 2,0 toneladas/hectare. A partir disso, pode-se dizer que a sua relevante produção e expansão devem-se à valorização do mesmo no mercado interno e externo, à garantia de comercialização fornecida pelas empresas fumageiras e elevada produtividade em pequenas áreas (Tabela 4).

Através das entrevistas realizadas com os proprietários rurais, observaram-se, com relação à exploração dos estabelecimentos, que 72,2% dos produtores de fumo são proprietários. E que 27,7%, além de proprietários, arrendam terras para aumentar a produção.

No que se refere à residência dos proprietários, constatou-se que todos residem nos estabelecimentos rurais. Esse fato é justificado, principalmente, por tratar-se de pequenas unidades produtivas.

Quanto à mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos fumicultores, observou-se que a família desempenha um papel decisivo na organização do trabalho. Todos os membros da família exercem algum tipo de tarefa, principalmente pelo fumo ser um cultivo que necessita de trabalho manual constante em todo o seu processo produtivo. Em apenas 28% dos entrevistados, há o emprego de assalariados temporários, requisitados, geralmente, na época

ca de colheita. Uma prática utilizada nessa cultura é a troca de serviços entre vizinhos ou parentes.

Observou-se pelas entrevistas que, nos estabelecimentos onde é plantado o fumo, os mesmos apresentam uma produção policultora. Além do fumo, estão presentes outras culturas como o milho, a cana-de-açúcar, o feijão, e, em alguns, a pecuária de corte e a de leite. Essa diversificação produtiva torna os produtores quase que autônomos no que diz respeito a sua subsistência e menos dependentes financeiramente se cultivassem apenas um produto.

Quanto à estrutura fundiária, a cultura do fumo predomina nos pequenos estabelecimentos agropecuários com estrato de área que variam de 2 a 53 ha. A partir disso, as lavouras também possuem dimensões de área reduzidas, pois as mesmas se apresentam entre 1 a 10 ha plantados. Entretanto, há estabelecimentos com fumo que se tornam exceções, por possuírem aproximadamente 100 ha de área.

O fumo produzido em Mata é destinado como matéria-prima para o abastecimento do mercado regional, dirigindo-se, principalmente, para os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. São nesses municípios que se localizam as empresas fumageiras que prestam serviços aos produtores do município. Essas também apresentam importante papel aos produtores, porque realizam a comercialização da produção com o mercado externo.

Pode-se observar, ainda, que 89% dos proprietários rurais entrevistados não pensam em investir em outras atividades, nos seus estabelecimentos rurais. Eles alegam que com o fumo o rendimento é elevado, ou seja, segundo um produtor, não há outro cultivo que renda mais que esse. Declararam, também, que não há incentivos, por parte do governo municipal, de recursos financeiros, falta mão-de-obra e apresentam receio em investir em uma cultura que pode não corresponder as perspectivas esperadas. Alguns proprietários pensam em investir na piscicultura, mas se deparam com a falta de infraestrutura nos estabelecimentos e na deficiência de incentivos por parte do poder público para realizar a abertura de açudes.

O processo de modernização agrícola nos cultivos de arroz e de fumo em Mata

As atividades agrícolas buscam, com o processo de modernização da agricultura, representado, geralmente, pelos equipamentos agrícolas, expandir a produção e elevar a produtividade (Tabela 5).

Tabela 5 – Equipamentos agrícolas em Mata/RS de 1970 – 2006

Escala temporal	Equipamentos (números)					
	<i>Tratores</i>	<i>Arados-tração mecânica</i>	<i>Colheitadeiras</i>	<i>Caminhões</i>	<i>Máquinas para plantio</i>	<i>Reboques-tração mecânica</i>
1970	55	36	2	-	-	19
1975	100	88	12	5	-	75
1980	148	132	22	5	83	82
1985	143	141	37	15	61	-
1995	134	142	20	8	35	112
2006	195	-	-	-	-	-

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. Moraes, F. D., 2009.

(-) Dados inexistentes.

Constatou-se que o número de equipamentos agrícolas apresentou, de maneira geral, um crescimento. Esse se deve, principalmente, ao período de modernização agrícola que atingiu o Rio Grande do Sul, nas décadas de 70 e 80, o qual se generalizou em todas as unidades territoriais gaúchas, porém de forma diferenciada. Mata também se inseriu nesse processo, embora de forma gradativa. No que se refere aos tratores, observa-se que este foi o equipamento que obteve aumento expressivo ao longo do período analisado. Esse crescimento justifica-se pela presença da modernização e, atualmente, pelos financiamentos agrícolas, os quais permitem a renovação da frota ou a aquisição de novos (Tabela 5).

Outros equipamentos (colheitadeiras, caminhões, máquinas para plantio e reboques de tração mecânica, entre outros) encontram-se, de maneira geral, em crescimento. Essa expansão justifica-se pela facilidade de aquisição dos mesmos, via financiamentos e pela utilização mais intensiva da mecanização para o aumento da produtividade. Através do trabalho de campo pode-se perceber também que os estabelecimentos agropecuários, cada vez mais, se modernizam em função do sistema agrícola no qual estão inseridos. Outro fator que explica o crescimento no número de equipamentos agrícolas e a modernização é o retorno financeiro da produção. Os produtores destinam parte da renda que obtêm com a produção para adquirirem máquinas agrícolas, pois estas são fundamentais para a melhoria das atividades agrícolas e qualidade na produção.

Paralelamente ao processo de modernização da agricultura, no qual o município se insere, ainda é significativo o arado de tração animal. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995, o número desses arados era de 916. Esse número expressivo de arados é justificado pela sua utilização principalmente, na área de planalto do município, na qual se encontram as lavouras de fumo, de milho e de feijão. Pela dificuldade que o relevo oferece ao uso de tratores e outros implementos, o arado de tração animal torna-se o meio viável para preparar a terra para o plantio dessas culturas, as quais são cultivadas, geralmente, em áreas íngremes e declivosas.

A modernização da agricultura é um dos aspectos significativos, quando se analisa a lavoura comercial, principalmente, do arroz. Como nos estabelecimentos produtores desse cultivo predomina a lavoura empresarial, é necessário que os mesmos utilizem mecanização para que os retornos sejam viáveis. A maioria dos produtores entrevistados declarou que possuem os equipamentos agrícolas necessários, como trator, grade, entaipadeira, colheitadeira, plantadeira, pulverizadores e reboque graneleiro. Esses equipamentos apresentam-se em números e características variados nesses estabelecimentos agropecuários. Alguns possuem caminhão e, esporadicamente, contratam aviões para a aplicação de agrotóxicos. No entanto, há proprietários que produzem arroz, mas não possuem todos os equipamentos arrendando-os, geralmente, na época da colheita.

Outra forma materializada na paisagem de Mata que evidencia a modernização é a presença dos silos. Esses são utilizados para depósito de grãos a granel e encontram-se de forma particular em alguns estabelecimentos agropecuários de grande porte, que se destinam à produção de arroz.

Nos estabelecimentos produtores de fumo, o emprego de mecanização é bastante reduzido, se comparado ao utilizado no cultivo de arroz. Explica-se esse fato por essa cultura ser produzida, geralmente, manualmente e por ser cultivada em áreas de relevos íngremes, o que dificulta o uso de máquinas. Entre a mecanização utilizada, destaca-se o trator, em número reduzido, o arado de tração animal (predominante nos mesmos), pé-de-pato e reboque. Alguns proprietários possuem caminhão, entre outros implementos.

Para obter uma produção satisfatória, além dos equipamentos agrícolas, faz-se necessário o uso de insumos agrícolas. Constatou-se que, na maioria dos estabelecimentos, ocorre a utilização expressiva de fertilizantes e agrotóxicos, como calcário, adubo, uréia, herbicidas, fungicidas e pesticidas. Destaca-se que os agrotóxicos agrícolas usados, principalmente no fumo, apresentam um grau toxicológico que ocasiona prejuízos à saúde das

pessoas. A cultura do fumo é uma das mais prejudiciais à saúde humana e animal, necessitando de uma série de cuidados que, na maioria das vezes, não é levada em consideração pelos produtores.

Também se indagou, nas entrevistas, sobre o emprego de transgênicos ou sementes geneticamente melhoradas. Os transgênicos são utilizados nos estabelecimentos produtores de soja em virtude da obtenção de melhor produção. Além disso, na cultura do arroz, os produtores estão investindo em variedades de sementes geneticamente melhoradas, as quais possibilitam melhor produção eliminando progressivamente a ocorrência do arroz vermelho. Este consiste em uma variedade que prejudica a produção por ser considerada uma planta daninha que limita o potencial de produtividade do arroz.

É relevante enfatizar que o processo de modernização, caracterizado principalmente, pelo emprego de mecanização e agrotóxicos, também, apresenta impactos negativos. De um lado, os produtores têm a preocupação com o aumento da produtividade, mas de outro não se preocupam com a liberação de mão-de-obra do meio rural, a qualidade dos produtos e a contaminação dos recursos naturais e da saúde humana e animal, decorrentes da utilização expressiva de agrotóxicos.

No que se refere ao uso de assistência técnica, pode-se observar que esta é mais empregada nos estabelecimentos fumicultores. A assistência técnica é realizada pelos instrutores de fumo, os quais são representantes das companhias fumageiras dos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Os instrutores disponibilizam toda a assistência necessária para o processo de produção da cadeia produtiva do fumo. A mesma consiste desde a orientação, à preparação da terra para o plantio, à produção, aos agrotóxicos aplicados, até o processo de comercialização do produto. As empresas fumageiras também disponibilizam aos produtores os insumos necessários para as lavouras, com a vantagem deles pagarem na ocasião da comercialização da produção. Outro serviço prestado pelas indústrias é a realização de um seguro obrigatório, o qual é utilizado em caso de perda da produção, em função de queda granizo e estiagem ou outras adversidades causadas por fenômenos naturais.

Outra questão relevante que foi indagada nas entrevistas diz respeito ao crédito agrícola. A maioria dos proprietários rurais declarou que utilizam o sistema de crédito, tendo como principal agência financiadora o Banco do Brasil. Na produção de arroz, os financiamentos solicitados são o PRONAF e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER RURAL). Nos estabelecimentos produtores de fumo, o sistema de crédito mais requisitado pelos produtores é o PRONAF. Alguns produtores também declararam que utilizam o sistema de crédito oferecido pelas empresas fumageiras. Os mesmos são realizados para investimentos, principalmente, na lavoura, através da compra de insumos e da preparação da terra, na aquisição de máquinas e implementos agrícolas e em benfeitorias nos estabelecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar a unidade territorial de Mata, se constatou que o seu espaço rural é fundamental para o desenvolvimento local. Sua importância se justifica em função da sua matriz produtiva estar alicerçada na agropecuária, a qual é condicionante para a inserção do município no mercado regional.

A organização do espaço rural do município é reflexo do desenvolvimento de distintas atividades, as quais estão associadas à topografia do relevo, que revela uma estrutura fundiária diversificada. Como no estado gaúcho, Mata está organizada, por um lado, através das pequenas unidades produtivas e, por outro, pelos médios e grandes estabelecimentos. Os pequenos estabelecimentos rurais baseiam-se na agricultura familiar e na policultura, desenvolvidas, principalmente, nas áreas de planaltos, ao norte do município. Essas foram

ocupadas através do processo de colonização européia, a qual se instalou em diversas áreas do Rio Grande do Sul. Nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, predominam as atividades pecuaristas e as lavouras empresariais do arroz e da soja, concentrados, geralmente, nas áreas da depressão, localizados nas porções sul, oeste e sudeste do município.

Ao longo da pesquisa, identificou-se que o município possui diversas cadeias produtivas, as quais são desenvolvidas no seu espaço rural, sendo responsáveis pelas distintas formas de ocupação. No entanto, as cadeias produtivas do arroz e do fumo (característico na área de planalto) constituem-se nos "carros-chefe" da economia local. As mesmas apresentaram, no decorrer do tempo, elevada expansão em área e produção. Apesar de serem desenvolvidas de modo, ainda, tradicional em alguns estabelecimentos agrícolas, a maioria dos produtores rurais estão aperfeiçoando suas técnicas de manejo e investindo na modernização agrícola.

Em Mata percebe-se que a modernização está presente nos distintos estabelecimentos rurais, porém encontra-se de maneira diversificada e em processo de desenvolvimento. Ou seja, esta varia em relação ao número e variedade de máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos amostrados. Enfatiza-se que a modernização é viabilizada pelos sistemas de créditos agrícolas, os quais disponibilizam aos produtores a aquisição de equipamentos proporcionando melhor produção. Essa situação permite afirmar que a modernização agrícola não atingiu todos os lugares e nem todos os estabelecimentos agropecuários, demonstrando que a mesma ocorre de forma gradativa no município.

As transformações ocorridas no sistema produtivo com a implantação e o avanço da modernização da agricultura, através da mecanização e da tecnificação da lavoura, provocaram, no município, mudanças econômicas e sociais, bem como elevaram os volumes da produção agrícola e da produtividade. Paralelamente, percebe-se que houve uma tendência à monocultura em Mata, uma vez que diminuíram as áreas destinadas as culturas de subsistência, como o feijão e o milho, para se expandirem os cultivos mais valorizados economicamente no mercado e destinados à exportação, como o arroz e a soja. Também, com a modernização, ocorreu um crescente êxodo rural. Muitos produtores rurais que não conseguiram se inserir nesse processo tornaram-se assalariados ou migraram para os centros urbanos em busca de mercado de trabalho. No município, com a modernização do campo, os filhos de agricultores estão buscando se qualificar através da procura pela educação em nível médio, técnico ou superior e, muitas vezes, abandonam o meio rural em busca de maiores oportunidades de vida na cidade e em centros urbanos maiores.

Diante do exposto, infere-se que o espaço rural é o elemento fundamental para promover o desenvolvimento local/regional. Como perspectivas para alcançar o desenvolvimento do espaço rural e, conseqüentemente, do município, sugere-se que os produtores rurais e o poder público local busquem investir em alternativas viáveis que atendam a diversidade da produção, através do aperfeiçoamento das cadeias produtivas existentes com a utilização de técnicas de manejo modernas que proporcionem maior produtividade e qualidade dos produtos.

A perspectiva para o desenvolvimento do espaço rural também está atrelada à implantação de agroindústria. Para haver tal ação, deve existir incentivo à população rural, através de cursos de especialização em determinadas produções, os quais irão estimular os produtores a continuar no campo cultivando produtos de qualidade e, principalmente, favorecendo a permanência dos jovens no meio rural. No entanto, os produtores precisam aderir a novas iniciativas se inserindo em novas cadeias produtivas, investindo em técnicas adequadas e modernas de manejo ou em outras atividades agropecuárias, embora haja alguns produtores que estão se adequando às novas exigências impostas pelo mercado e mudando sua visão conservadora.

O desenvolvimento do espaço rural, além de movimentar a economia local, deve proporcionar a implantação de indústrias, no meio urbano, gerando empregos e,

consequentemente, estimulando principalmente os jovens a permanecerem no município, promovendo o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC, 1986. (Coleção Estudos Rurais).
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lucia Helena de O. **Modernização da agricultura brasileira**: transformações agrárias em um país em desenvolvimento. 1984. (Texto datilografado).
- DAVID, Cesar de. Alguns efeitos da expansão de uma agricultura modernizada. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21, ago., p. 147 – 148, 1996.
- DELEVATI, Dionei. A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 3, p. 83 - 100, 1999.
- FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (Orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 479 – 539.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE dados**: dados anuais por unidade geográfica. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- _____. **25 anos de economia gaúcha**: A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- _____. **Censo agropecuário 1995-96**: Rio Grande do Sul. IBGE: 1998. CD-ROM.
- _____. **Censo agropecuário 1985**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo agropecuário 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- _____. **Censo agropecuário 1975**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- _____. **Censo agropecuário 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **O Minifúndio Gaúcho**: ajuda técnica como alternativa? Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1980.
- MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho**: representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.
- MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 2003.
- MOREIRA, I. A. G.; COSTA, R. H. da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RODRIGUES, Aline de Lima. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

THOMAS, Carmem. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 21, n. 19, jan./dez. p. 17 – 27, 1976.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **Raízes histórias do campesinato brasileiro**. Disponível em: <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigo-trabalhos>>. Acesso em: 20 maio 2000.

Recebido em julho de 2010

Aceito em janeiro de 2011